
TRABALHO, EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO EM LUKÁCS

TRABAJO, EDUCACIÓN Y REPRODUCCIÓN EN LUKÁCS

WORK, EDUCATION AND REPRODUCTION IN LUKÁCS

Gisele Masson¹

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisa que teve como objetivo analisar as contribuições de György Lukács para se compreender o trabalho, a educação e a sociedade como indispensáveis para a reprodução do gênero humano. Destacamos, a partir do estudo, duas formas de pores teleológicos: pores que realizam a transformação da natureza pelo trabalho, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, os quais se realizam pelas práxis sociais. Conclui-se que a educação é uma práxis social, cuja essência é promover a apropriação de conhecimentos, habilidades e comportamentos pelos indivíduos singulares, para que eles se constituam como parte do gênero humano, contribuindo para a reprodução social.

Palavras-chave: ontologia; trabalho; educação; reprodução social.

Resumen: Este artículo es resultado de investigación que tuvo como objetivo analizar las contribuciones de György Lukács para comprender el trabajo, la educación y la sociedad como indispensables para la reproducción del género humano. Destacamos, a partir del estudio, dos formas de poner teleológico: un poner que realiza el cambio de la naturaleza por el trabajo, y otro poner que propone ejercer influencia sobre la conciencia de otros hombres, el cual se realiza por medio de las praxis sociales. Se concluye que la educación es una praxis social, cuya esencia es promover la apropiación de conocimientos, habilidades y comportamientos por los individuos singulares, para que ellos se constituyan como parte del género humano, contribuyendo para la reproducción social.

Palabras-clave: ontología, trabajo, educación, reproducción social.

Abstract: This article is the result of a research that aimed at analyzing the contributions of György Lukács theories for the understanding of work, education and society as essential for the reproduction of the human race. The article highlights two forms of teleological pores: pores that perform the transformation of nature through work and, pores that aim to influence other men's conscience, which are realized by social praxis. The study concludes that education is a social praxis whose essence is to promote the appropriation of knowledge, skills and behaviors by singular individuals so that they become part of mankind contributing to social reproduction.

Keywords: work, education, social reproduction.

Introdução

O presente artigo aborda, num primeiro momento, os elementos essenciais do trabalho e, num segundo momento, trata da reprodução do homem na sociedade e da reprodução da sociedade enquanto totalidade, abordando a educação na sua relação com o trabalho, e as diferenças essenciais entre essas categorias.

O foco do estudo apresentado é a obra *Para uma ontologia do ser social*, concluída por György Lukács provavelmente em finais de 1968 e publicada em 1976, mas somente publicada no Brasil em

2012 (parte I) e em 2013 (parte II). Nessa obra, o autor se dedicou a aprofundar a análise do trabalho em geral, resgatando o sentido radicalmente crítico do pensamento de Marx, além de tratar de questões como neopositivismo e existencialismo, princípios ontológicos de Marx, reprodução, ideologia, estranhamento. Na parte de II da *Ontologia*, Lukács parte da concepção de Marx acerca do trabalho, abstraindo-o de uma análise especificamente histórica, a fim de captá-lo em suas características essenciais, isso porque Marx se deteve, principalmente, a analisar o trabalho na sua forma histórica capitalista, já que pretendia explicitar como se dava a produção do capital na sua forma mais desenvolvida. Desse modo, Lukács contribuiu para explicitar os elementos essenciais do trabalho, assim como da educação. Trata-se, portanto, de uma análise ontológica que abstrai essas categorias de qualquer forma histórica específica, já que “[...] é ontologicamente impossível isolar o processos singulares mediante experimentos efetivos, tão somente os experimentos ideais da abstração” permitem isso. (LUKÁCS, 2012).

O Trabalho como fundamento do ser social

O trabalho entendido como intercâmbio material do homem com a natureza só foi possível a partir de determinado nível de consciência. Para o entendimento dessa questão, Lukács (2013) caracteriza o ser a partir de três esferas: a inorgânica, a orgânica e a social. Entre essas esferas existe uma distinção ontológica (uma distinção nas suas formas concretas de ser), especialmente porque a processualidade social é essencialmente distinta dos processos naturais. Nos seres inorgânicos há uma constante transformação sem que haja reprodução, e nos seres orgânicos ocorre a reprodução do mesmo, todavia, segundo Lukács, ambos se constituem como uma processualidade muda, ou seja, são incapazes de se elevarem à consciência do seu em-si. No ser social a consciência tem um papel fundamental, a qual possibilita que os homens respondam de maneira sempre nova às novas situações. Há que se destacar que as etapas singulares do estágio inicial do trabalho aconteceram em dezenas de milhares de anos, as quais têm relação direta com a história geológica da Terra.

Em síntese, a esfera inorgânica tem como essência a sua transformação em outro tipo de mineral; a esfera biológica tem como essência a reprodução da vida; e o ser social se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta. Embora distintas, as três esferas estão indissolivelmente articuladas, pois sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Lukács (2013, p.191) enfatiza que

A natureza inorgânica não pressupõe qualquer ser biológico ou social. Ela pode existir de modo totalmente autônomo, enquanto o ser biológico pressupõe uma constituição especial do inorgânico e, sem a interação ininterrupta com ele, não é capaz de reproduzir o seu próprio ser nem por um instante. Do mesmo modo, o ser social pressupõe natureza orgânica e inorgânica e, se não tiver essas duas como fundamento, não lhe é possível desenvolver as suas próprias categorias, distintas daquelas.

Desse modo, há uma processualidade evolutiva que é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si. É importante, todavia, destacar qual categoria possui prioridade ontológica² em relação às demais; no caso da conexão entre a natureza orgânica e o ser social, o trabalho é

a base ontológica das categorias mais complexas e mediatas desse nível do ser. Para a ontologia de Lukács, isso é da maior importância, pois significa que o ser social só pode existir e se reproduzir em uma contínua e ineliminável articulação com a natureza. É nesse sentido que podemos afirmar que não é possível eliminar o trabalho da vida dos homens, considerando que a reprodução da vida pressupõe a satisfação de necessidades relativas à reprodução biológica. Lukács (2013, p.42-43) enfatiza que

É exatamente a penetrante irreversibilidade do caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* [agora ou nunca] social desse estágio de transição. Portanto, não temos como obter um conhecimento direto e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode obter é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a³ chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento.

Essa explicação busca evidenciar que a transição de um nível de ser para outro, qualitativamente diferente, deu-se por meio de um salto que não é possível conhecer de forma direta, mas apenas por aproximação pela análise dos estágios de transição. Cabe destacar que o trabalho, entendido como mediação entre o homem e a natureza, não prescinde da consciência, a qual se desenvolveu como uma forma especificamente humana de reflexão subjetiva da realidade objetiva. Assim, a consciência é resultado de relações e mediações que surgem ao longo do desenvolvimento da sociedade de forma gradativa, processual e contínua, as quais implicam em mudanças no ser biológico. Essa forma de conceber a consciência humana foi desenvolvida por Marx, contribuindo para que o estudo da consciência superasse a noção de mera subjetividade do indivíduo e fosse tratada a partir dos sistemas sociais de atividade. Sobre isso, Lukács (2013, p.73) afirma que “a superação da animalidade através do salto para a humanização no trabalho e a superação do caráter epifenomênico da determinação meramente biológica da consciência alcançam assim, com o desenvolvimento do trabalho, intensificação inexorável, uma tendência à universalidade dominante.”

Com o desenvolvimento da sociedade, a consciência deixa de ter uma conexão direta com as atividades laborais, sofrendo mudanças radicais que aqui não será possível abordar, pois o objetivo é reforçar a ideia de que o desenvolvimento do trabalho pressupõe certo nível de consciência, denotando que o trabalho só existe no mundo dos homens. Nesse sentido, Lukács (2013, p.63) afirma que

Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis.

Partindo da ontologia de Marx, Lukács analisou pormenorizadamente o trabalho, destacando os seus elementos essenciais: espelhamento da realidade (prévia-ideação), objetivação e generalização. O trabalho se desenvolve tendo como foco a satisfação de uma necessidade e, no seu processo de desenvolvimento, há o espelhamento da realidade na consciência, a fim de que o planejamento da ação seja teleologicamente orientado. Desse modo, Lukács (2013, p.57) destaca que “[...] em cada processo singular de trabalho, o fim regula e domina os meios.” Por isso, o espelhamento da realidade (prévia-

ideação) é o momento em que o resultado do trabalho é projetado na consciência e, embora seja um momento de abstração, possui objetividade, pois está assentado na própria realidade e adquire um caráter de possibilidade, o qual poderá ser concretizado mais adequadamente se houver a escolha da melhor, ou das melhores alternativas, o que pressupõe o conhecimento dos nexos causais da realidade. Assim, “a alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente.” (LUKÁCS, 2013, p.73).

Para que a finalidade se realize enquanto trabalho, é necessário o pôr do fim, ou seja, a objetivação do que foi projetado na consciência. Em relação a isso, Lukács (2013, p.56-57) destaca que “o pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho [...]”. Nesse sentido, entre o momento da ideiação (espelhamento da realidade) e da objetivação (pôr do fim), é necessário que ocorra a exteriorização, a qual corresponde ao momento em que a subjetividade se defronta com a objetividade e exterioriza aquilo que ideou previamente, por meio da ação.

Esse processo implica numa “coexistência dinâmica indissociável” entre teleologia e causalidade em que a teleologia só pode funcionar como teleologia posta, mas a causalidade pode operar como posta ou não posta. A transformação da causalidade espontânea (natureza) em causalidade posta significa a realização do trabalho como mediação entre o homem que transforma a natureza. Os pores da causalidade puramente cognitiva representam a causalidade não posta. (LUKÁCS, 2013).

Foi o trabalho, portanto, que possibilitou a transformação da subjetividade e da objetividade, promovendo a autoconstrução humana do homem. Assim, as habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelo trabalho são generalizados para o conjunto da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de trabalhos futuros. Ao tratar da generalização, Lukács (2013, p.86) afirma:

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações que formam os germes das futuras ciências, cujos inícios, no caso da geometria e da aritmética, se perdem em um passado remoto. Mesmo sem que se tenha uma clara consciência disso, tais generalizações apenas iniciais já contêm princípios decisivos de futuras ciências autenticamente autônomas.

A individualidade que iniciou o processo do trabalho não é a mesma que o termina porque novas habilidades e conhecimentos foram adquiridos na sua realização, os quais serão adaptados às novas circunstâncias sociais. Lukács enfatiza que quando utilizamos o resultado do trabalho para aperfeiçoarmos o processo de trabalho futuro, por meio da generalização, tomamos a práxis como critério da teoria. Dessa maneira, Lukács (2013, p. 155) destaca os efeitos que o trabalho produz no homem, quais sejam: “a necessidade de seu domínio sobre si mesmo, a luta constante contra os próprios instintos, afetos etc. [...] o homem se tornou homem exatamente nessa luta, por meio dessa luta contra a própria constituição naturalmente dada, e que o seu desenvolvimento ulterior, o seu aperfeiçoamento, só pode seguir se realizando por esse caminho e com esses meios.”

O caminho do autocontrole que contribuiu para levar a determinidade natural dos instintos para o autodomínio consciente do homem fez com que ele se produzisse a si mesmo como membro do gênero humano, mesmo não tendo consciência disso. Por isso, é possível afirmar que o trabalho, como produtor de valores de uso, representa o início genético do devir homem do homem. (LÚKÁCS, 2013).

Desse modo, a complexificação do trabalho e da individualidade humana supera a mera singularidade traduzindo-se na complexificação da totalidade social. É nesse sentido que se faz necessária a análise das relações entre a reprodução biológica e a reprodução social, e o papel da educação nesse processo, na seção seguinte do artigo.

A educação e a reprodução da sociedade

As tendências reprodutivas do homem, desenvolvidas pelo trabalho, têm como objetivo a preservação do ser orgânico e, por isso, são reproduções no sentido estrito. Todavia, o trabalho, desde a sua gênese, apresenta a possibilidade de produção para além daquilo que é necessário para a reprodução da vida. Isso se amplia na medida em que o homem desenvolve mediações que contribuem para o desenvolvimento do trabalho, como a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho, a educação etc. Tais mediações são pores teleológicos que não têm a finalidade de transformar a natureza, pois a intencionalidade é levar outros homens a executar um pôr teleológico desejado por um sujeito. Todas essas relações e ações são correlações de complexos que, em determinados estágios evolutivos, promoveram mudanças qualitativas que afetaram toda a estrutura e a dinâmica da sociedade. Sendo assim, podemos afirmar, a partir de Lukács, que os vários complexos da totalidade social representam um complexo de complexos. (LUKÁCS, 2013).

Ao abordar sobre os atos teleológicos que visam provocar em outros homens a vontade de realizar certos pores teleológicos, Lukács (2013, p.163) explica que

Para que possam funcionar com êxito já num estágio primitivo, eles exigem conhecimento por parte dos homens envolvidos, nas quais se pretende despertar esse querer, do mesmo modo que os pores do trabalho no sentido estrito exigem conhecimentos dos respectivos objetos naturais, forças naturais etc. que entram em cogitação para aquele trabalho. Esse conhecimento, por sua natureza, vai além do meramente biológico, possuindo caráter social.

A reprodução é, portanto, uma categoria decisiva para o ser social, tanto em termos biológicos quanto sociais. A reprodução como ser biológico tem como base a natureza que é modificada de modo crescente pelo trabalho. No entanto, de acordo com Lukács (2013, p. 171), “[...] a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução ‘prontas’ na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana.”

Sendo assim, as formas mais desenvolvidas de práxis social, as quais envolvem o intercâmbio com outros homens, podem ser consideradas como uma segunda forma de posição teleológica em que o fim posto é imediatamente finalidade de outras pessoas. Por isso, Lukács (2013, p.83) considera que “[...] o objeto do pôr secundário do fim já não é algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano.” O autor destaca que o trabalho é o fundamento do ser social e modelo para as práxis sociais,

com suas variantes mais complexas, havendo, pois, uma relação de “identidade de identidade e não identidade”, de fundante e fundado. Assim, a essência do trabalho está dirigida para o sujeito que trabalha, o qual está intensamente determinado pela objetividade. Sendo assim, a subjetividade desempenha um papel auxiliar, pois as capacidades do sujeito são mobilizadas e orientadas para o exterior (transformação do objeto natural através do trabalho). Já nas formas mais desenvolvidas de práxis, a subjetividade assume um papel diferente, pois

[...] o fim teleológico é o de induzir outros homens a pores teleológicos que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica em que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser. (LUKÁCS, 2013, p.105).

Dessa maneira, conforme Lukács (2013), os pores teleológicos assumem duas formas: “pores que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza [...], visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados.” Partindo dessa análise, podemos afirmar que os pores teleológicos primários são aqueles que se objetivam na relação do homem com a natureza, e os pores teleológicos secundários são aqueles que se desenvolvem nas relações sociais entre os homens, em que estes últimos também se caracterizam como mediações para a realização dos primeiros.

A reprodução social se realiza pelas ações dos homens singulares, mas tais ações se encaixam de tal modo que formam complexos de relações entre os mesmos, com uma determinada dinâmica que independem da consciência. Sendo assim, “[...] o gênero humano se evidencia como uma categoria histórico-social em desenvolvimento – desigual e contraditória.” (LUKÁCS, 2013, p.181). Tanto a reprodução do homem quanto da sociedade apresenta o caráter essencial de promover a continuidade, a qual possui o duplo sentido contraditório de preservar e aperfeiçoar. Sobre isso, Lukács (2013, p.215) destaca que “[...] a preservação pode até gerar tendências de fixação definitiva do que foi conquistado em dado momento e de fato o faz muitas vezes no curso da história, mas a orientação principal de sua função consiste mesmo em converter o que foi adquirido no passado em base para um desenvolvimento subsequente, para uma solução de novas questões postas pela sociedade.”

O gênero humano é interdependente da individualidade do homem, assim, “o trabalho, já como ato do homem singular, é social por sua essência; no homem trabalhador, consuma-se a sua autogeneralização social, a elevação objetiva do homem particular para a genericidade.” (LUKÁCS, 2013, p.207). O afastamento das barreiras naturais evidencia que a sociedade é o *medium* ineliminável do intercâmbio entre o homem e a natureza. Com efeito, a socialidade é o fio condutor e o momento predominante da reprodução do ser social, tanto no sentido ontogenético como no sentido filogenético. Todavia, a continuidade do ser social requer determinadas mediações como a linguagem e a educação, por exemplo.

Como já destacamos, a totalidade social, para Lukács, é um complexo de complexos, por isso, a educação pode ser entendida como um complexo social parcial no conjunto da complexidade social e se constituiu como um complexo socialmente espontâneo, já que se faz presente na história dos homens

desde o momento da generalização dos conhecimentos e habilidades que surgiram a partir do trabalho, por isso, ela é uma mediação indispensável à todas as atividades sociais.

Para Lukács (2013, p.177), a educação em sentido amplo nunca está concluída e, em sentido estrito, está vinculada às circunstâncias históricas da sociedade, considerando que “toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas.”

O fato de o pôr teleológico da educação não estar orientado para um objeto natural, mas para a consciência de um grupo humano, faz com que ela se constitua como um pôr secundário do fim. Assim, a educação não é trabalho (na perspectiva ontológica), pois a sua função na complexidade social é essencialmente diferente do trabalho. Desse modo, a educação é uma práxis social que se desenvolve pelo intercâmbio entre homem e homem e não entre homem e natureza. Sendo assim, a “[...] sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado. O fato de essa intenção se realizar – parcialmente – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na mudança da reprodução do ser social [...]” (LUKÁCS, 2013, p.178).

Da mesma forma que o trabalho, toda práxis social cria, continuamente, o novo, tanto subjetiva quanto objetivamente, o qual deve ser generalizado como forma de preservar e aperfeiçoar a sociedade. Desse ponto de vista, a educação tem a função social de possibilitar a apropriação, pelos homens, das objetivações genéricas da humanidade. Além disso, no processo educativo, surgem novos conhecimentos e habilidades que poderão contribuir no aprimoramento do processo de autoconstrução humana do homem. Lembramos, todavia, que estamos tratando da perspectiva ontológica lukácsiana de educação, o que requer um exercício de abstração para que seja possível destacar a sua essência, sem adentrar no seu papel numa determinada forma histórica de sociedade.

A educação contribui, portanto, para a reprodução do ser social, condição para a manutenção do mundo dos homens, e, ao mesmo tempo, promove a sua elevação a um patamar superior (dialética da continuidade e mudança). O desenvolvimento do ser social para um patamar superior é pensado, de acordo com Lukács (2013), no sentido ontológico-objetivo e não valorativo. De qualquer modo, não há neutralidade nos processos educativos, por isso, Lukács (2010) alerta para o fato de que é necessário que o homem, de acordo com determinadas decisões, assuma posição sobre como imagina o presente e o futuro da sociedade.

Assim como outras formas de práxis social, a educação está fundada numa relação de identidade de identidade e de não identidade em relação ao trabalho. A relação de identidade se expressa pelo fato de que a educação também é uma objetivação de pores teleológicos; a não identidade se revela pelo fato de que os seus pores teleológicos são secundários, são sócio-teleológicos, porque visam influenciar outros homens a realizarem certos pores que não estão voltados diretamente para a transformação da natureza, pois têm como função contribuir para a reprodução social. Cada complexo parcial apresenta a autonomia como necessidade ontológica, como também a sua dependência em relação aos fundamentos do ser. Nessa perspectiva, se a autonomia for entendida de forma absoluta levará a uma fetichização do

complexo. Essa questão é importante para que a educação não seja concebida como um complexo meramente autônomo ou simplesmente dependente em relação à totalidade social.

A partir do que apresentamos, a educação é um complexo essencial para a reprodução do homem e da sociedade, já que a sua essência consiste em promover a apropriação de conhecimentos, habilidades e comportamentos pelos indivíduos singulares de modo que se constituam como parte do gênero humano. Isso acontece a partir de dois movimentos entrelaçados: do ser-em-si da singularidade para a individualidade existente para si e da particularidade para a genericidade do homem, o que pressupõe a práxis social consciente, implicando, portanto, na consciência de si e da sua relação com o gênero humano. A educação aqui entendida em sentido amplo significa, para Lukács (2013, p.295), “[...] a totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação”, considerando que os seus resultados podem ser tanto positivos quanto negativos, a depender das circunstâncias objetivas da sociedade.

Sendo assim, é possível afirmar que quanto mais o homem singular tem a oportunidade de se apropriar do que a humanidade produziu em termos de conhecimentos e habilidades, mais ele se torna parte orgânica do gênero humano. Dessa maneira, a essência da educação é contribuir para desenvolver a humanidade no homem, entretanto, a estrutura social e a conjuntura histórica podem frear esse desenvolvimento. É nesse sentido que Lukács (2010, p.224) considera que a educação, em sentido amplo, desempenha um papel condutor, já que “[...] toda educação orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinadas, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir, ou modificar, aquelas que parecem prejudiciais para essa situação.” Todavia, o autor alerta para o fato de que as possibilidades não são simplesmente dadas, mas elaboradas pela consciência humana, a qual depende de condições histórico-sociais concretas.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos, a partir da obra *Para uma ontologia do ser social*, de György Lukács, os elementos essenciais do trabalho, destacando a sua importância para o salto ontológico do ser orgânico para o ser social. A partir dele, abordamos a educação, na sua essência, entendida como práxis social que tem o trabalho como modelo. A distinção ontológica entre trabalho e educação é importante para que seja possível apreender o papel de cada um deles no processo de reprodução do homem e da sociedade.

Tomados em seu sentido ontológico, o trabalho e a educação são essencialmente positivos, pois o primeiro possibilitou o salto do ser biológico para o social, além de promover o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que contribuiu para o desenvolvimento da sociedade. Tais conhecimentos e habilidades foram, ao longo da história, sendo generalizados para o conjunto da sociedade, tornando-se patrimônio da humanidade. Assim, a educação foi assumindo um papel cada vez mais relevante no processo de transmissão e apropriação de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos necessários para uma efetiva realização das potencialidades humano-genéricas, de modo que o indivíduo singular se tornasse parte do gênero humano.

Essa análise é importante para que, ao se discutir trabalho e educação na sociedade capitalista, por exemplo, não se perca de vista a sua gênese e desenvolvimento, a fim de não se realizar análises naturalizantes e fetichizantes da realidade. Apreender a essência do trabalho e da educação nos permite esclarecer os limites e possibilidades de cada um deles numa determinada forma histórica de organização social, bem como apontar as possíveis formas de superação desses limites, ao assumirem adequadamente o seu papel no processo de transformação radical da sociedade.

Referências

- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Recebido em 14/10/2015
Publicado em 31/12/2015

Notas:

- ¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina na linha Educação, História e Política (2009), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa na linha Políticas Educacionais (2003) e Licenciada em Pedagogia pela mesma universidade (1996). É professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordena o Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado e Educação: Políticas Educacionais e Formação de Professores. Atuou como vice-coordenadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa no período de 2012 a 2014. É membro da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e do Conselho Acadêmico da Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (RELEPE). Atua nas seguintes áreas: políticas educacionais, políticas de formação e valorização de professores e fundamentos da educação. Email:
- ² Prioridade ontológica não se refere àquilo que é mais importante, pois Lukács aborda a prioridade ontológica de determinada categoria em relação à outra, significando que a segunda não pode existir sem a primeira. Sua análise é ontológico-objetiva e não valorativa.
- ³ Chamamos a atenção para o fato de que na página 70, do livro *Para uma ontologia do ser social II*, Lukács (2013, grifo nosso) afirma que “[...] de acordo com o modelo marxiano que vê na anatomia do homem **uma** chave para a anatomia do macaco”, e não **a** chave, o que nos parece mais adequado, considerando o conjunto da obra de Marx, em que pese as polêmicas referentes à tradução.